

**BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE PESQUISA DA DISSERTAÇÃO
“O PENSAMENTO ‘SEXUAL’ BRASILEIRO – A SEXUALIDADE MELANCÓLICA NA
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA”**

Fernando Filho¹

INTRODUÇÃO:

“Ultra aequinoxialem non peccari”. Esta pequena frase, mas de revelador profundo sobre a visão seiscentista europeia em relação as sociedades colonizadas, foi proferida pelo Gaspar Barleaus (1584-1648), e se torna mote síntese da pesquisa desenvolvida nos 30 meses de mestrado, na qual me dediquei. A frase se faz presente em *Retrato do Brasil (1928)* de Paulo Prado, na qual o autor avalia o Brasil como a “terra de todos os vícios e de todos os crimes” (PRADO, 1981, p.34-35). É uma perfeita sintomia da imaginação europeia em relação daqueles que viviam abaixo do Equador: de um lugar em que a moral e a virtude não se fazem presentes, e a sexualidade e o desejo se abrem sem nenhum pudor. Desta forma, na interpretação de Prado, a cobiça e a luxúria são práticas que estão presentes nas bases da formação da história nacional.

Neste pequeno artigo proponho apresentar um compêndio de alguns passos e resultados da minha pesquisa na qual é abrir uma discussão sobre os métodos, estes mesmos resultados e caminhos para novos campos de pesquisa.

O RECORTE DO TEMA:

A proposta de estudar a sexualidade em obras que estão interpretando o Brasil parte de dois movimentos. A primeira disposição é de aproximação de temas e autores daquilo que poderíamos chamar de pensamento social brasileiro ou uma Sociologia

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNIFESP), financiado pela agência CAPES. E-mail: fernando_filho@unifesp.br

do Brasil. Nesta avaliação foi perceptível a recorrência de alguns temas que são privilegiados nos estudos contemporâneos destas áreas. Desta forma, fui à busca de referências atuais que pudessem refletir as pesquisas em torno dos assuntos deste campo.

Uma destas referências capturadas foi a entrevista Simpósio: cinco questões sobre o pensamento brasileiro (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011b), na qual cientistas sociais de referendadas universidades apresentam uma visão avaliativa dos temas presentes nesta área. Na conversa é apontada a recorrência de estudos que trazem problemas básicos sobre a construção e a solidificação da nação e do processo democrático brasileiro, e ao mesmo tempo apontam que o campo está se transformando, dando destaque a temas ou reflexões sobre as análises culturais e é perceptível um crescente interesse em novas abordagens e clivagens nos temas culturais com os de gênero, idade, região e raça. Portanto, depreende-se que os temas sobre sexualidade é promissora dentro do pensamento social brasileiro.

O segundo movimento partiu de uma aproximação sistemática dos estudos e pesquisas voltados para os temas raciais, especialmente, a raça negra no contexto brasileiro, cujas leituras evidenciam o quanto este tema sempre esteve atravessado pelo marcador da *sexualidade* para compreensão ou formação das *três raças brasileiras (branca indígena e negra)*. Em tese, ao falar de uma formação do povo brasileiro, o contato destas três raças se dá também pelas relações sexuais ou pelo desejo, e estas podem ser construídas de maneiras consentidas ou perversas. Também parto de uma questão de *senso comum* que permeia distintas camadas e grupos sociais, a ideia *de que o Brasil é um país da libertinagem e liberdade sexual*, pela qual perpassa as literaturas clássica e moderna brasileira, dos programas de televisão ao cinema, e que se manifesta com *mais força* nas festas de carnaval, alimentando a imagem de um *Brasil sexual* para os estrangeiros.

Com isso, foi necessário ir atrás de intelectuais e obras que falassem sobre sexualidade, desejo e sensualidade. Não somente ir atrás de práticas determinadas de alguma raça, povo ou grupo social presentes na história brasileira, mas em como este recorte temático foi fundamental para suas teorias, metodologias e epistemologias. Antes de escrever o projeto a ser submetido ao programa de mestrado

me debrucei nas seguintes produções, entre as quais, *A carta do descobrimento ao Rei dom Manuel (1500)* de Pero Vaz de Caminha; *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob origem da economia patriarcal (1933)*, de Gilberto Freyre; vários ensaios de Sexologia (título que o autor nomeia alguns artigos sobre sexualidade, aborto e homossexualidade) de Estácio de Lima, produzidos durante as décadas de 40 e 50; *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil (1894)* de Nina Rodrigues; *O colono preto como fator de civilização brasileira (1908)* de Manuel Querino; *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia (1942)* de Caio Prado Jr e *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza Brasileira* de Paulo Prado. O resultado foi que estas referências transitavam entre pouco ou um olhar mais apurado sobre a sexualidade, porém, sem excluir nenhuma delas, estas produções foram fundamentais para o entendimento de um panorama social sobre o passado brasileiro e como cada um deles defendiam um método teórico de como poderia ser interpretado a sociedade brasileira. Para efeito de trabalho a ser pesquisado na pós-graduação, o texto de Paulo Prado foi o que me apresentou um desejo de conhecimento pelo seu pensamento e o mais instigante a sua proposta de um tipo de brasileiro triste erguido por uma melancolia sexual carregado de erotismo e ambição sem controle que ajudaria a formar uma nação fadada ao fracasso político. O livro traz uma visão das três raças *ditas* fundantes da cultura brasileira com características negativas (a ingenuidade sensual indígena, a passividade infantil africana e a depravação erótica portuguesa) que desembocam num tipo de mestiço triste, uma discussão sobre a mestiçagem estrutural nos períodos colonial e imperial.

O AUTOR E O LIVRO:

Paulo da Silva Prado nasceu na capital paulista em 1869, filho mais velho do Conselheiro Antônio Prado, membro da de uma elite tradicional do café. Em 1889, se forma na faculdade de Direito de São Paulo e na última década do século XIX, faz uma série de viagens pela Europa se aproximando de intelectuais e escritores portugueses, franceses e brasileiros residentes naquele continente. Nas primeiras décadas do século XX, atuou predominantemente como empresário nos negócios vinculados ao café e nos anos 30, participou do governo Vargas, saindo logo em

seguida por divergências políticas. Fundou a Revista Nova, sendo redator ao lado de figuras como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Alcântara Machado.

Na sua trajetória de teórico, Paulo Prado teve incentivo de Capistrano de Abreu e de seu tio Eduardo Prado, ambos historiadores, para escrever páginas que dedicassem a contar uma história sobre São Paulo e o Brasil. De uma herança tradicionalista e com visão modernista em vários pontos, e definido por Mário de Andrade, como um homem de caráter aventureiro e tradicional², é também conhecido pelo seu mecenato e idealização da Semana de Arte Moderna. Publicou uma série de artigos em alguns jornais e revistas, em que predominava análises, reflexões e críticas e uma historiografia tímida sobre as origens e os aspectos da cidade de São Paulo. Textos que foram compilados na obra *Paulística* (1925) e que servem de base referencial para compreendermos os aspectos metodológicos de *Retrato do Brasil*, entendido como um alargamento do espírito das ideias presentes nos seus ensaios sobre o estado paulista.

Escrita em 1928, *Retrato do Brasil* é lançada num momento em que o Brasil já tinha a maioria das suas instituições políticas e científicas consolidadas, ou seja, em um período que a consolidação do regime republicano e o surgimento das primeiras universidades marcam uma nova fase de reflexão sobre as bases da formação política e social brasileira, destacando a passagem do gênero ensaístico para o monográfico com predominância de temas específicos (RICUPERO, 2088, p. 22). As produções sobre as interpretações que surgem nas primeiras décadas do século XX, revelam uma estrutura narrativa comum, fazendo um balanço da história brasileira e propondo um programa político e cultural para superar os problemas do país. O texto de *Retrato* apresenta uma estrutura formal de ensaio na qual o autor faz uma interpretação sobre vários temas: raça, ocupação da terra, processo de colonização, identidade cultural e sexualidade. Este último conceito apresenta uma visão ímpar sobre a tipologia brasileira analisada pelo viés da sexualidade. Dividida em quatro capítulos e um *Post-Scriptum*, na qual o foco central de seu argumento são os excessos sexuais e a ambição desenfreada presente nos primeiros séculos da formação social brasileira.

² FERRAZ, Geraldo. Paulo Prado e duas reedições, prefácio a 7ª edição de *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

O título já nos remete a algo que lembra quadro e o subtítulo “tristeza” nos leva para um lugar de subjetivação. Na análise de Carlos Berriel (2013, p.204), é como se fosse uma frase de efeito que indica “uma falta de sintonia entre a natureza brasileira e a estrutura espiritual dos seus habitantes”. Portanto, de início, Prado pretende analisar alguns aspectos psicológicos do brasileiro ou da sociedade brasileira, como se fosse um quadro ou uma foto. Ao “batermos” o olho, vemos todas essas sensações e notas que Prado tem sobre o Brasil, entrelaçando fatos documentáveis e uma subjetividade resplandecente.

No primeiro capítulo denominado “A Luxúria”, Prado constrói a tese de que o excesso sexual é incitado pelo clima paradisíaco, a solidão e a liberdade do homem colono e a animalidade sensual da índia e da negra que estimularia a “superexcitação” erótica do português. No início do capítulo, se apresenta uma visão heroica das “descobertas marítimas”, que ao mesmo tempo em que incutiu o espírito de liberdade nos homens daquela época também alargou as ambições humanas, atraindo para os novos continentes, europeus em busca de riquezas fáceis. As interpretações do autor são feitas a partir das cartas jesuíticas e diários de viajantes.

Em “A Cobiça”, é destacado o sentimento de ambição desenfreada dos colonos em busca de ouros e pedras preciosas pelo interior do Brasil, construindo laços sociais pautadas na lógica do enriquecimento fácil, subjugação dos corpos e almas dos índios e negros, através da escravidão, estupros e poligâmias. O enriquecimento que seria o clímax da colônia brasileira seria também o seu declínio. Neste capítulo, Paulo Prado compara que os mesmos motivos que levariam o ápice e a queda do povo paulista também ocorreriam em toda a extensão da colônia brasileira.

Os dois capítulos posteriores, “A Tristeza” e “O Romantismo” mostram como as práticas da cobiça e luxúria levaram um povo acometido pela melancolia a um lirismo pessimista, de modo que não conseguiram desenvolver a precoce nação brasileira. A melancolia sexual e o enriquecimento fácil levariam estes indivíduos a um esgotamento físico e mental, que gera a incapacidade de construir uma sociedade pautada em valores que não sejam somente em “baixas paixões”. Os processos de miscigenação e as teses antropogeográficas se tornam referências para o historiador, na qual, a primeira seria um vício astenico que acentuando o que seria mais de ruim

de cada raça geraria uma nação fadada ao declínio, e a segunda, as condições ambientais, especialmente o clima explicaria o temperamento de um povo e a indisponibilidade para o desenvolvimento civilizatório.

Em “Post-Scriptum”, é centralizada uma reflexão sobre o papel do historiador na construção de um programa histórico. Nesta parte final, Prado se autoanalisa em como ele se colocou diante do desafio de construir uma história interpretativa da identidade e política brasileira. Faz um balanço em como o temperamento sem fibra do brasileiro acarretou os problemas políticos e sociais da Brasil recém-república. Portanto, é um capítulo de análise do presente momento que o historiador desenvolve a obra. Aqui, o autor apresenta duas soluções de um teor radical para que a nação pudesse sair do “atoleiro” em que se encontra: a guerra ou revolução.

Importante destacar neste processo de pesquisa que a metodologia elaborada e defendida por Prado em *Paulística* são largamente aplicadas na construção de Retrato do Brasil: o uso de documentos históricos, aplicação de diversas teorias – muitas conhecidas no século XIX, no reforço da utilização da imaginação do historiador. O autor busca novas visões para as abordagens raciais, políticas e de povoamento do território brasileiro. Constrói, fala e defende uma visão de Brasil, uma nova representação de uma história formativa do povo brasileiro, distinta da maioria dos intelectuais do século oitocentista. Mesmo sendo alvo de críticas assertivas, as suas abordagens metodológicas, teóricas e interpretativas não conseguem preencher lacunas de um Brasil diverso e múltiplo. As teses de Prado são em alguns momentos um espelho ampliado da história de São Paulo.

O TEXTO DA PESQUISA:

Na apresentação do projeto de pesquisa busquei uma imagem que se tornaria referencial para o desenvolvimento do meu trabalho. Em *A interpretação das culturas* (1989), Clifford Geertz finaliza sua proposta metodológica de investigação propondo que a cultura de um povo é como se fosse um conjunto de textos e que cabe ao antropólogo ler por cima dos ombros deste grupo (p.212). Com este estímulo, interpretei a sexualidade presente no livro, buscando em como o intelectual trabalhou e construiu suas teses e metodologias investigativas, o diálogo com outros autores e

correntes teóricas. Olhar por “cima dos ombros” de Paulo Prado é percorrer junto com ele o seu caminho na construção de seus trabalhos para uma busca de uma interpretação da sociedade brasileira.

Partindo de leituras e debates sobre as obras de Paulo Prado e principalmente daquelas que ele se referenciava, construí um texto dividido em quatro capítulos. Nesta dissertação me ancoréi em bibliografias contemporâneas que tratam deste tema, sem necessariamente ter a formação da cultura brasileira como lugar central de análises. Desta forma, discorrei sinteticamente em como os conceitos de raça e sexualidade foram construídos como categorias de pensamento e práticas políticas na história cultural do ocidente; as influências metodológicas e teóricas de Paulo Prado, assim como a sua interpretação sobre as categorias raciais e sexuais para fundamentação de uma teoria sobre a sociedade brasileira.

Desta forma, o capítulo inicial que intitulo “O pensamento sexual no século XIX: o desejo e a história” se mobilizo em torno de uma preocupação de mostrar com as categorias de raça e sexualidade foram forjadas principalmente no século XIX, em como se tornaram altamente científicas, fundamentais na formação e classificação de indivíduos e sociedades. Levi-Strauss (1993, p.330) diria em *Raça e Cultura* que estas duas categorias estão estritamente ligadas se não no direito, mas no espírito.

Nesta unidade debato duas obras contemporâneas que pode nos ajudar refletir essas construções categorizadas, que são *Desejo Colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça* (2005), escrita pelo antropólogo e historiador inglês Robert Young, e *História da Sexualidade I: a vontade do saber* de Michel Foucault, publicada no ano de 1976; e incluindo na pesquisa a leitura sistemática de algumas aulas presentes *Em a Defesa da Sociedade* (1975-76) e em *Os anormais* (1975), proferidas também por Foucault.

Na primeira obra do antropólogo inglês, há um convite para que o leitor desenrede o feixe de significados que amarra os conceitos de “raça” e “cultura”, para que afim identifique uma ligação entre as teorias produzidas por estes dois conceitos, assim implicando a sexualidade como um terceiro mediador, em que a própria teoria racial uniria os três (YOUNG, 2005, p. 118). Ao analisar a experiência inglesa em suas

colônias, o autor identifica que as ideias sobre raça são discutidas como entidades separadas do desenvolvimento do pensamento científico e artístico do século XIX, e que esse tipo de cisão não seria benéfico para uma compreensão profunda sobre as teorias culturais e raciais deste período. Portanto, não se percebe que estes três conceitos interligados atuam numa prática política deliberada nos processos de colonização imperialista orquestrada pela Europa. Em conclusão, para Young, o desejo e a sexualidade são as forças geradoras que conduzem a máquina do progresso e da modernidade. O colonialismo se movimenta como uma máquina de guerra burocrática tendo a raça e a produção sexual como suas ideologias formadoras.

Para Michel Foucault, o século XIX é denominado o “século das degenerações” ou o “século das classificações”, um período em que a sexualidade adentra o campo da ciência, em que os saberes e tecnologias de poder formam a base de um discurso sobre a sexualidade humana, o sexo é colocado em discurso (FOUCAULT,1988. p. 16). A incitação discursiva é atravessada por políticas econômicas que através de pesquisas quantitativas submetem a sexualidade em formas de análise, contabilidade, classificação e especificação (FOUCAULT,1988, p. 48). Os governos em porte deste conhecimento fomentariam uma “polícia do sexo”, a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição (FOUCAULT,1988, p. 28), ou seja, pautando um comportamento sexual na lógica econômica.

Destaca-se nas interpretações de Foucault, toda sexualidade que não estiver numa lógica normativa, e são estas que se tornam objetos privilegiados do saber, que se isolam no instinto biológico (1988, p. 112). O filósofo molda o “conjunto perversão-hereditariedade-perversão” – o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo, que elegem quatro figuras com seus alvos e pontos de fixação: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso, no qual serão procuradas patologizações, com intuito de corrigir anomalias e se contrapor a um ideal sadio e correto da burguesia viril, assegurando uma potência física e a pureza moral do corpo social, prometendo eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações corrompidas (FOUCAULT,1988, p.24). Ao instaurar uma medicina de

perversões com seus programas de eugenia racial, os governos justificam os racismos oficiais de Estado, nas quais contribuirão com mais poder na tecnologia do sexo. São fundamentados como “verdades” (FOUCAULT,1988, p.54), de modo que as várias formas de racismo encontraram nestas tecnologias de poder seus pontos de fixação.

Portanto, os dois autores são interessantes para refletimos o papel da sexualidade e desejo na construção das sociedades, tendo o Estado, como o agente principal. Young parte de uma experiência inglesa colonial que pode ser distinta de alguns aspectos da brasileira, porém, a ideia uma sociedade pautada nos excessos sexuais defendida por Paulo Prado, nos propõe a pensar que há uma ligação de desejo como forma de conduta política nas colônias portuguesas. Da mesma forma que em Foucault ao teorizar sobre a relação entre ciência da sexualidade, teorias raciais e o século XIX, aponta que os Estados utilizaram desta máscara para se erguerem. Importante para pensarmos o Brasil Imperial, que naquele período passa por um processo de solidificação como Estado-nação. E a teoria das três raças se coloca como discurso oficial desta nova nação que solidifica.

No terceiro capítulo “Forjando um pensamento sexual no Brasil: uma sexualidade tropical” sintetiza como as categorias de cultura, sexualidade e raça são conceituadas e serviram para explicar o Brasil, principalmente no século XIX. Destaco as influências do naturalista e etnólogo Karl Von Martius (1794-1868) com o seu programa *Como se escrever uma história do Brasil (1956)* – em que argumenta que a história do Brasil deve ser narrada através da cultura racial desenvolvida no território brasileiro–; e do médico antropólogo Nina Rodrigues com uma visão pessimista sobre a mestiçagem brasileira. É importante a passagem por esses pensamentos, pois eles nos dão a base de como os círculos intelectuais e políticos articulavam e moldavam as teorias raciais nas explicações sobre o país.

Da mesma forma que o século XIX forjava na Europa, a construção de estados nacionais, aqui no Brasil sobre o signo de um modelo imperial também se desejava e reivindicava um projeto nacional que integrasse todo um território e a diversidade de povos que aqui se encontravam, mesmo que para isso alguns ficassem de fora. Lilia Schwarcz (1993, 2016) ao se debruçar sobre este período, o reconhece como a “Era dos Nacionalismos” ou o século da “naturalização das diferenças”, na qual se torna

central o discurso racial na construção de um projeto de nação e uma das estratégias era escolher personagens históricos que passariam a se tornar os heróis nacionais, ao mesmo tempo em que imporiam uma língua monumental e identificariam lugares, paisagens, costumes e povos originais, no intuito de construir símbolos nacionais e algum discurso que poderia amarrar com objetivo de se construir uma identidade nacional (SCHWARCZ, STARLING, 2016, p.283).

Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria (SCHWARCZ, 1993, p.134 - 135).

Para solidificar uma história nacional, precisava, portanto, de instituições que pudessem concretizar esta missão. Criada em 1839, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) teria como papel principal construir e guardar uma história oficial. Em 1844, O IHGB promove um concurso intitulado “Como escrever a história do Brasil” em que o projeto premiado deveria apresentar um plano para tal tarefa. Sendo o texto escolhido do botânico e viajante alemão Karl Philipp Von Martius com o título *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1845, na *Revista IHGB*. A influência deste programa vem do contato que o botânico teve com as populações indígenas e sertanejas do interior do Brasil no desenvolvimento das suas pesquisas sobre a flora brasileira. Percebe-se, portanto, que seu projeto de história brasileira se constituiu com uma mistura de botânica e etnografia, influenciadas pela metodologia classificatória das ciências do século XIX. E na construção de uma narrativa de unificação nacional, Von Martius escreve um plano em que o importante não seja organizar fatos históricos em cronologias, mas uma história em que as raças e sua união sejam o motor ímpar da construção da nação, ou seja, uma “historiografia filosófica do Brasil”, da qual, permite contar esta narrativa através do contato das três raças e o seu desenvolvimento particular no clima tropical brasileiro, na qual o branco português seria o grande propulsor na construção da nação, e as raças indígenas e negras não deveriam ser desprezadas, pois estas ajudariam a primeira no desenvolvimento físico e moral da nação. No seu programa propõe estudar por regionalidades, agrupando as províncias em blocos com similaridades climáticas ou culturais, pois fazendo isso, o historiador diminuiria as diferenças regionais e

conseguiria centralizar, enfatizando a unidade: “deve agir como um monárquico constitucional em prol da manutenção da unidade territorial e com o fim de aniquilar os preconceitos entre as províncias” (VON MARTIUS, 1956, p.457). No seu texto, as raças são vistas como elementos naturais de uma grande paisagem brasileira. Mesmo visto de forma inferior, Von Martius (1956, p.443) coloca que somente no Brasil, os negros e indígenas puderam contribuir no desenvolvimento da nação, marcando assim uma particularidade histórica e identitária nacional, garantindo condições para que estas se aperfeiçoassem.

O impacto de *Como deve se contar a história do Brasil* em diversas formulações teóricas e aplicações políticas foi visível em várias produções já na segunda metade do século, colocadas em práticas algumas de suas teses, modificando de acordo com a pertinência de cada intelectual. Entre eles, podemos citar Adolfo de Varnhagen, João Ribeiro, Oliveira Lima e Capistrano de Abreu – este último como influenciador principal de Paulo Prado. Por mais que o programa de Von Martius não apresentasse teses sobre contato sexual entre as raças ou a vida sexual do brasileiro, porém ela abre um caminho em que a história da formação do povo brasileiro se conta através da mistura racial. Não importando de que período e espaço que falam, ou que ideologia ou metodologia pretendem seguir, a questão racial com a problemática da miscigenação se torna central nas perspectivas e obras de diversos historiadores, médicos, juristas, antropólogos e escritores brasileiros, nos séculos XIX e XX.

Nos últimos anos do século XIX, os discursos médicos se tornam hegemônicos nas explicações raciais e se consolidam como um dos saberes importantes na construção de uma nação. Duas escolas se destacam neste período: a escola medicina baiana e a escola de medicina carioca. Na primeira escola, as pesquisas centravam-se na investigação de doenças tropicais, focando em programas de caráter higiênico, identificando doenças, na qual estes médicos acreditavam que seriam originárias dos convívios entre as diferentes raças. Já na medicina baiana, prevaleceriam abordagens, via medicina legal, que tomavam o negro como objeto de estudos, uma vez que entendiam que o cruzamento racial era o grande mal do Brasil, pois no corpo desta gente miscigenada guardaria impulsos para criminalidade e a loucura – a degeneração das raças estaria neste processo de mistura racial.

Esta última escola tem como principal nome, o médico Nina Rodrigues que (1862-1906) que unia saberes da medicina legal e etnografia com objetivo de investigar a relação entre as doenças, raça negra e seus cruzamentos. Ao perceber a falta de uniformidade étnica e um intenso de cruzamento entre as raças, as práticas de mestiçagem se tornam objetos por excelências de constantes pesquisas, debates e ensaios. A preocupação reside nestas trocas sexuais, que ao produzirem tipos mestiços, dificultaria prognósticos e análises para as curas de diversas doenças. Partindo das teorias do evolucionismo social praticadas no continente europeu, o médico acreditava que a civilização nasceu na Europa, sendo impossível para as nações predominantemente negras alcançarem este mesmo status. Ele parte das teses pessimistas do atraso racial, muito defendidas pelos círculos intelectuais do final do século XIX, que afirmavam, por exemplo, se a raça branca desse uma parada no seu processo de civilização, os negros conseguiriam alcançar, embora isso pudesse levar séculos e ainda assim não terem resultados, pois os negros não teriam características morfológicas e psicológicas favoráveis a civilização. Sendo este um dos maiores argumentos contrário a mestiçagem, haja vista que, se os negros entrassem em contato com os brancos, passariam seus elementos degenerativos aos seus descendentes, ocasionando o atraso da raça branca. Desta forma, o Brasil, como exemplo de mestiçagem, estaria sobre o signo do atraso. A medicina racial de Nina Rodrigues foi contribuinte para o desenvolvimento das ideias relacionadas à eugenia nos primeiros anos do século XX. E influente nas obras de intelectuais que semelhante a ele via com descrença a possibilidade do país se civilizar tal qual como a Europa, tendo em vista a marcante presença das massas mestiças na nossa configuração histórica. Paulo Prado, por exemplo, traz esta marca no título *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*— aqui são as três raças e não a negra somente que guarda tristeza, melancolia e aversão a um projeto de civilização, portanto, o olhar de Prado se assenta também na mestiçagem brasileira.

O penúltimo capítulo, “O pensamento melancólico de Paulo Prado”, se propôs fazer um diálogo com as questões que o autor apresentava sobre os processos de formação social e política brasileira especificamente no âmbito da sexualidade. Na estrutura temática do capítulo inicio discutindo os círculos de relacionamento do autor,

na qual está ligada a duas gerações de intelectuais: a Geração de 70, que mesclava nomes da elite cultural brasileira e portuguesa, entre os quais, Eça de Queiroz, José Veríssimo, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e entre outros. Esse grupo tinha interesses comuns em discutir os rumos políticos e culturais de suas nações e sempre numa tônica de melancolia e insatisfação, lançando críticas ao modelo liberal implantado em Portugal por volta dos anos 1830, entre elas, as dificuldades da governança da Monarquia brasileira e a implantação da República que só dá continuidade de tudo que é péssimo e atrasado na sociedade brasileira. E o Modernismo da década de 1920, que incute em Paulo Prado, os desejos de mudança na sociedade brasileira em que os elementos históricos da construção paulista se tornam referências para que o Brasil saia “atoleiro em que hoje chafurdamos” (PRADO, 1981, p.149). Os debates e atuações travadas nestes círculos se materializam nas escritas de *Paulística* e *Retrato do Brasil*. Foi necessário nesta parte da pesquisa o conhecimento da história portuguesa e das decisões marcadas de Portugal na colônia brasileira, pois, alguns posicionamentos teóricos de alguns dos intelectuais identificam entre os séculos XV e XIX, ascensão e declínios destes dois países. O conceito de melancolia de Paulo Prado está mais para um pessimismo nacional do que um problema psíquico de ordem individual.

Nesta parte da pesquisa foi importante a aproximação de duas obras de Prado para compreensão de modelo de interpretação da história do Brasil defendida por ele. Membro das oligarquias paulistas, o autor positiva a história da formação de São Paulo em detrimento da história brasileira. Essas suas visões aparecem nos artigos de *Paulística*, sua obra anterior, lançada em 1925, que se centralizam nas estruturas de formação, daquilo que Prado chama de “raça paulista”. Para isso, ele busca em Capistrano de Abreu, o modelo teórico para explicar o desenvolvimento da cidade em que numa linha senoide posicionava quatro pontos que a representariam: ascensão, clímax, decadência e regeneração

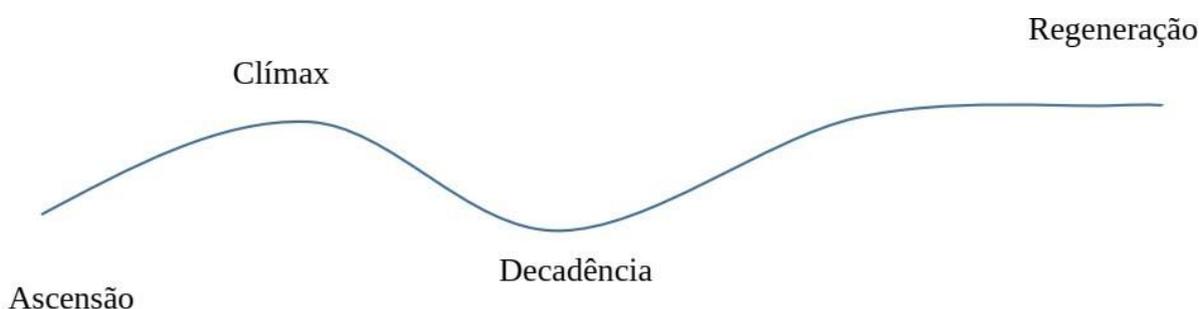


Figura 1: Modelo de Capistrano de Abreu. Fonte: Prado, 2004. p. 59

Partido deste gráfico, a apresentação de uma ascensão e clímax do povoado de São Paulo se deu, sobretudo pelo isolamento geográfico da cidade em relação as demais partes da Colônia e do Reino. Esse distanciamento construiu um tipo paulista de caráter aventureiro e trabalhador que não cai nos excessos morais dos demais colonos. Ao abandonar a Europa “civilizada”, estes primeiros colonos traziam um espírito de aventura, ambição e uma facilidade de adaptação, conseguindo resistir aos perigos e hostilidade da natureza. Com os povos indígenas nativos aprendia técnicas de plantio e como buscar alimentos pelas matas. Diante da ausência de mulheres brancas e a tendência a aceitar a moralidade e mentalidade dos índios, estes homens europeus não resistiriam ao mancebil com as mulheres da terra (PRADO, 1981, p.44). A decadência ocorreu no momento que São Paulo tem uma aproximação com as outras “gentes” do território, especificamente no ciclo de ouro. E, ao aplicar esse modelo na história do Brasil, para Prado, já começa a partir do declínio com a chegada de pessoas que vinham explorar, mas sem um projeto de trabalho e formação social contínua, e se acirra, também como ciclo da mineração e se aprofunda com os ideais do Romantismo no século XIX. Portanto, os termos luxúria e cobiças são entendidos como partes fundamentais da formação do caráter do povo brasileiro.

Por fim, este penúltimo capítulo, o mais extenso da dissertação, elaboro uma subdivisão em sete subcapítulos, na qual iniciando com uma breve introdução que de uma certa forma é a apresentação das discussões colocadas até o momento, incluindo comentários sobre as teorias de Eduardo Prado e Oliveira Martins que servem de base para as teses de Prado.

O primeiro subcapítulo “Retrato de uma São Paulo, espelho de um Brasil”, é um debate aprofundado sobre alguns artigos de *Paulística* e a relação com *Retrato do Brasil*. Os dois seguintes “Capistrano, o autêntico brasileiro” e “As curvas isoladas do caminho do Mar: o modelo de Capistrano de Abreu” apresento um pouco sobre as metodologias deste autor que se tornou possivelmente o que mais contribuiu teoricamente para o pensamento de Paulo Prado. O historiador cearense nos mostra uma divisão clássica entre os habitantes do sertão e do litoral que estão presentes em muitas interpretações nacionais, aliadas com teses de influências do determinismo geográfico. Os quatro últimos subcapítulos destrincho *Retrato*, propondo pensar a partir de marcadores conceituais em como Prado apresenta na obra e que vêm sendo realizada sobre os demais autores contemporâneos e clássicos colocados na dissertação, que denomino de “História e Interpretação”, “Raça e Cultura”, “Sexualidade e Miscigenação” e “As três raças tristes”, desta maneira, mostrar o modelo de interpretação do autor, os seus limites, avanços e conclusões

E, o último capítulo, *Nosso Post-Scriptum* faço uma referência a última parte de *Retrato*, em que faço um balanço sobre as capilaridades e a discussão da obra para as áreas das ciências humanas. Assim, como no livro em que Paulo Prado propõe uma reflexão sobre seu papel de historiador e propostas para uma mudança de consciência social da sociedade brasileira, na dissertação o caminho é questionar os fundamentos deste modelo de história e sociedade defendidas pelo autor e, por fim, apresentar uma agenda de futuras pesquisas.

ADENDO:

A citação de Baleaus deveria estar inscrita na bandeira do Brasil, mas não pelos motivos que ela foi proferida, mas para lembrar que nesta terra de Deus, muita gente, principalmente aqueles que foram denominados de raças inferiores morreram (de tudo que é forma) para colocar em prática as perversidades sexuais daqueles que detinham o poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

_____. **Ensaio e Estudos: crítica e história. 4º série**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BERRIEL, Carlos. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

CORRÊA, Mariza. **Raimundo Nina Rodrigues e a garantia da “ordem social”**. Revista USP, São Paulo, n. 68, p. 130-139, dez-fev, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

PRADO, Paulo. **Paulística etc.**(org) Carlos Augusto Calil. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996 (24º impressão).

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RICUPERO, Bernardo. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **Correspondência de Capistrano de Abreu (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1954.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1894.

_____. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____; BOTELHO, André. **Pensamento Social Brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova: Revista de cultura e política. CEDEC: São Paulo, n.82, p.11-16, 2011a

_____. **Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro**. Lua Nova: Revista de cultura e política. CEDEC: São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011b.

_____; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista de História de América. Instituto Pan-Americano de Geografia e História: Cidade do México, n.42, p.433-458, 1956.

YOUNG, Robert. **Desejo Colonial: Hibridismo em Teoria, Cultura e Raça**. Tradução: Sérgio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

REVISTA PENSATA | V.8 N.1

DEZEMBRO DE 2019